



O nascer e o casar através da trajetória de Anna Rangel: uma possibilidade de estudo das sensibilidades a partir da demografia histórica.

Denize Terezinha Leal Freitas*

Jonathan Fachini da Silva**

Resumo: Eis o desafio do historiador, abarcar o imaginário social que se descortina diante do emaranhado de informações dispersas sobre as fontes escritas, sobretudo, as de cunho eclesiásticos. Portanto, desafiamos nosso leitor, a delinear um primeiro olhar através da História da Família pela via do cruzamento nominativo dos registros paroquiais, especificamente, de Batismo e Casamento da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre entre os anos 1772 a 1835. Através dos métodos da Demografia Histórica propomos tratar essas fontes seriadas a partir de um olhar direcionado ao imaginário social, do que era para essa população nascer e casar numa Freguesia no Brasil Meridional. Por este caminho objetivamos através desta comunicação, demonstrar a possibilidade de estudos que tem como pano de fundo a História Social, permeando olhares referentes à História das sensibilidades e gênero. Tendo como nosso fio condutor os redutos deixados por esses registros paroquiais, assim procuramos traçar a trajetória da exposta Anna Rangel que nos servirá de modelo para ilustrar nosso trabalho, identificando-a como sujeito histórico em seus diferentes papéis desempenhados ao longo da vida, isto é, o de exposta quando criança e o de nubente. Portanto, a partir da trajetória que decorre desde o abandono até o altar deste sujeito histórico, traçaremos alguns aspectos que remetam as sensibilidades de um imaginário de outro tempo e espaço.

Palavras-chave: Exposição infantil. Matrimônio. Registros paroquiais

Abstract: This is the challenge of the historian, to embrace the social imagery unfolding before the tangle of information scattered on the written sources, especially the nature of church. Therefore, we challenged our readers, to outline a first look through the Family History through the intersection of nominative parish registers, specifically, Baptism and Marriage Madre de Deus Parish of Porto Alegre between the years 1772 to 1835. Through the

* Mestre em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS. E-mail: denizehistoria@gmail.com

** Mestrando em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS e graduando do curso de Filosofia, bolsista CNPQ/PIBIC da mesma. E-mail: j_fachini@hotmail.com



methods of Historical Demography propose to treat these sources from one serial gaze directed to the social imaginary, than for this population was born and married in a Town in Southern Brazil. By this way we aim through this communication, demonstrate the feasibility study which has as its background to Social History, permeating looks related to the history and gender sensitivities. Having as our guiding principle strongholds left by these parish registers, and to outline the trajectory of the exposed Anna Rangel model that will serve to illustrate our work, identifying it as a historical subject in its various roles throughout life, that is, exposed to as a child and the betrothed. Therefore, from the path that runs from the altar to the abandonment of this historical subject, draw some aspects referring to an imaginary sensibilities of another time and space.

Key words: Childhood exposure. Matrimony. Parish registers

Introdução

Os registros eclesiásticos servem ao historiador como uma importante chave de acesso ao passado colonial e imperial brasileiro. Usufruindo das técnicas desenvolvidas no âmbito da demografia histórica é possível a criação de um banco de dados que nos permita sistematizar as informações contidas nestes registros possibilitando, assim, traçar um perfil das populações que colonizaram as freguesias, vilas e cidades ao longo do território luso-brasileiro. Tendo como pano de fundo um banco de dados que conta com um montante de 2.869 registros de casamento e 4.251 de batismos referentes à Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre nos propomos aqui dar uma atenção especial a um caso específico, o de Anna Rangel. Pretendemos traçar a trajetória desse sujeito histórico tendo como fio condutor os retalhos dos registros eclesiásticos de casamento, batismo e Autos de Justificações Matrimoniais.

Objetivamos através desse exercício metodológico descortinar um primeiro olhar qualitativo que privilegie a vertente demográfica, social e cultural que as fontes nos permitem identificar. Através do cruzamento nominativo desse emaranhado de fontes buscamos demonstrar a possibilidade de estudos que tem como enalço a História Social, buscando perspectivas referentes à História das Sensibilidades e Gênero. Assim, a trajetória da exposta Anna Rangel, do nascer ao casar é nosso objeto de estudo.

O aporte teórico-metodológico vem tanto da Demografia Histórica quanto da História da Família, História Social e Cultural. O primeiro refere-se à aplicação do método da Demografia Histórica através do levantamento de fontes, alimentação do banco de dados e



cruzamento desses registros. Vale destacar que este estudo das atas de casamento e assentos de batismo em Porto Alegre organizou-se em duas etapas. Logo de início foi realizada a leitura paleográfica de cada registro e, posteriormente, foram extraídas informações, inseridas num *software* denominado NACAOB¹, o que permitiu a construção de um banco de dados, no qual foram preservadas todas as informações contidas nos livros de registros matrimoniais e assentos de batismo, possibilitando o aproveitamento das características quantitativas e qualitativas dessas fontes. Num segundo momento, fizemos o cruzamento nominativo cotejando as informações de alguns assentos de casamento com os Autos de Justificação de nubentes.

Assim, foram investigados alguns casos específicos de casamento, onde procuramos acompanhar o desenrolar da trajetória pré-nupcial de alguns sujeitos históricos. Examinamos um conjunto de processos denominados Autos de Justificativas Matrimoniais, selecionados a partir dos próprios registros paroquiais de casamento. E se tratando desses autos, também conhecidos como habilitações matrimoniais, podemos dizer que “eram inquiridos que visavam atestar se os noivos estavam aptos a casarem-se de acordo com as regras católicas do Concílio de Trento” (COMISSOLI, 2008, p. 1), isto é, serviam para fins de comprovação da capacidade dos nubentes para ascenderem ao casamento.

Na segunda etapa nos valem da História da Família, História Social e Cultural na busca de identificar o que significou para Anna Rangel ser exposta e, posteriormente, casar na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Desta forma, temos como objetivo, realizar uma reflexão acerca do perfil demográfico dessa população implícito nesta trajetória no intuito de realizar uma ponte de diálogo entre a Demografia Histórica e a História das Sensibilidades.

Quem é Anna Rangel de Azevedo, ou o que as fontes nos dizem a respeito?

Anna Rangel Moraes de Azevedo conforme a ata de batismo anexada no Auto de Justificativa Matrimonial da nubente – foi uma criança exposta, entre outras tantas que tiveram o mesmo destino na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre. Através do Termo de exposição², colhemos a informação de que a mesma tinha sido exposta em casa de Manoel

¹O programa informatizado foi desenvolvido, pelo analista de sistema Dario Scott que integra o grupo de pesquisa “Demografia & História”. Este programa constantemente vem recebendo atualizações importantes que permitem ao pesquisador ter em mãos uma cópia fiel do documento manuscrito original.

² Trata-se da cópia do registro de batismo anexada no Auto de Justificação Matrimonial



Rangel Moraes de Azevedo. Cruzando essas informações com o registro paroquial de batismo, descobriu-se que Anna foi exposta em 12 de agosto de 1809 e que sua vida cristã começou no dia 23 de agosto de 1809. Teve como padrinho o Padre Coadjutor Agostinho Joseph Sampaio e como madrinha Anna Rangel de Moraes.

É interessante destacar a importância dos laços de compadrio³ chamando atenção do nosso leitor para a relevância do nome dado a menina que é o mesmo da madrinha. Além disso, destacamos a figura do padrinho, o Reverendo Coadjutor⁴ Agostinho Joseph Sampaio, cuja presença nos batismos e nas atas de casamentos se faz recorrente durante as últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

Laços que uma vez firmados refletem as redes sociais estabelecidas pelos sujeitos, sobretudo, numa sociedade de Antigo Regime. Segundo Cacilda Machado (2008), as redes se constituem como “um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais como imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros, que os afeta a todos direta ou indiretamente, ainda que de maneira desigual” (MACHADO, 2008, p. 18).

Rastreando os passos da trajetória familiar da nossa exposta, identificamos pela primeira vez a família de Anna Rangel nos registros de batismo no dia 10/04/1783, no qual o casal registra a primeira filha legítima Josefa que foi batizada em casa “em perigo de vida” pelo Pe. Antônio Soares Gil. Posteriormente, no dia 26/04/1786 encontramos Manuel Rangel de Moraes e Teodora Joaquina de Mendonça, ele natural do Rio de Janeiro, ela natural de Rio Grande batizando a filha Inácia, neta paterna do Capitão-Mor Luís de Matos Bezerra, natural de Portugal e de Dona Inácia Rangel de Azevedo, natural do Rio de Janeiro.

Obtemos também a informação dos avós maternos, Joaquim de Siqueira e Antônia Maria de Jesus, ambos naturais da Ilha de São Jorge, Açores. Além de Inácia que teve como padrinho o Dr. Ouvido Manuel Pires Querido Leal, o casal ainda teve como filhos legítimos, Ana registrada em 05/01/1789 que teve como padrinho João Batista Carceler, por procuração.

No segundo livro de batismo encontramos o casal batizando outros dois filhos: Rita na data de 17/11/1793 que teve como padrinhos por procuração o sargento-mor José de Castro de Moraes e sua mulher Dona Inácia, e também, Manoel, batizado aos 09/09/1797 pelo padre

³ Para mais detalhes sobre a temática ver em: SCOTT, Ana Silvia Volpi. Do Porto de Casais à Freguesia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Porto Alegre: ensaio sobre os espaços de sociabilidades a partir do cruzamento nominativo de fontes eclesiais. In: DORÉ, André; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas Setecentistas: governos e populações no Império Português**. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2008. p. 413-428.

⁴ Trata-se de um padre em exercício temporário na paróquia.



coadjutor Leandro José de Magalhães. Vale salientar que todos esses dados foram encontradas graças ao cruzamento nominativo realizado a partir dos registros de batismo que foram fundamentais para que pudéssemos cotejar informações.

De acordo com os laços de compadrio dos filhos, bem como, pela patente militar do pai de Anna Rangel, que aparece na documentação como *porta bandeira*, bem como o título de *Capitão-Mor* e *Dona* dos avós paternos, e por fim, o fato da própria Anna assinar seu Auto de Justificação Matrimonial, nos fornecem indícios de que ela foi deixado em um domicílio de uma família abastada.

Outra etapa da vida de Anna Rangel que as fontes nos permitem averiguar a respeito da sua trajetória social é o registro de casamento. Nele constatamos que a nossa exposta contraiu núpcias aos 18 anos com um estrangeiro que se dizia proveniente da Dinamarca. Talvez mais interessante que a sua origem/ naturalidade é a informação que consta na ata de casamento, e que revela que o noivo “é transitado da seita luterana”.

O noivo Guilherme Schröder nos coloca diante de uma nova conjuntura histórica pela qual Cidade de Porto Alegre é um dos cenários principais. A partir de 1824, muitos imigrantes europeus, oriundos das regiões correspondentes a Áustria e Alemanha, acabam aportando nas regiões sul e sudeste do Império Brasileiro para a formação de novos focos de colonização que tinham por objetivo fomentar o exército, prover a agricultura interna através dos minifúndios e “branquear” a população.

Na bagagem desses imigrantes vinham também, os seus costumes e crenças, reportando para o Novo Mundo situações que até então faziam parte da realidade no Velho Mundo. A inadequação jurídica e social resultante do padroado régio para tratar com as questões de cunho religioso ficam presentes ao longo do século XIX.

Segundo Rafael P. de Souza (2006), a oficialidade do regime católico foi gradativamente incorporando-se como religião única e legítima no cenário brasileiro, pois para obter o pertencimento social o indivíduo tinha que se adequar as normas até então originárias pelo processo de Contra-Reforma. Portanto, sem uma legislação laica, muitos protestantes tinham que abdicar de seus “erros luteranos” conforme constam nos Autos. Segundo destaca o autor esta situação agravasse:

A começar por certas condições impostas em caso de casamentos mistos, sacramentados pela Igreja Católica. Neste caso, o cônjuge protestante tinha de firmar um documento em que se comprometia a educar os filhos segundo os dogmas católicos. Desta forma, gradualmente, muitos protestantes e seus



descendentes foram assimilados pelo catolicismo oficial (SOUZA, 2006, p.3).

Caro leitor após realizarmos uma breve exposição sobre o que as fontes nos dizem a respeito de Anna Rangel, convidamo-lo a adentrar no imaginário social desta personagem histórica. Para tanto, vamos nos valer do descortinar de alguns relances, pelos quais, o cruzamento nominativo de fontes nos permite averiguar a respeito do que significava ser uma exposta e conseguir contrair matrimônio na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. Desta forma, primeiramente vamos adentrar ao mundo do que significava para o imaginário social da época ser um exposto, tendo como foco o problema da rejeição social e do abandono. Posteriormente, trataremos de conduzi-lo ao mundo do casamento, afinal, qual o papel do matrimônio e porque ele torna-se um ato social de suma relevância na vida de uma mulher, sobretudo, uma noiva exposta.

Vale salientar ao leitor que através dos registros paroquiais conseguimos identificar as prescrições das normas e condutas que tentavam corrigir e/ou controlar as práticas sociais e culturais daquela população. Segundo Mary Del Priore (2009) isto se refletia ainda mais no mundo feminino, pois era através da mulher que a Igreja procura enraizar os valores tridentinos, sobretudo, através do “bem nascer e do bem casar”.

O que significava no imaginário social da época ser exposta?

O abandono de crianças foi um fenômeno recorrente em praticamente todo o território luso-brasileiro. Esta prática atravessou o atlântico passando da Metrópole portuguesa a suas colônias, entretanto o fenômeno ganhou dimensões mais amplas do lado de cá. Na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre a prática do abandono também se fez presente, antes mesmo da institucionalização da *Roda dos Expostos* oficializada em 1837. Sem a Roda, instituída tardiamente na maior parte das Vilas Coloniais, restava o abandono domiciliar.

Esta forma de *abandono domiciliar* predominou em nossas terras visto que as Casas de Roda ficavam restritas a grandes centros urbanos de difícil acesso a Freguesias mais afastadas. Esta foi a realidade de Anna Rangel, que fora exposta na casa de Manoel Rangel Moraes de Azevedo no dia 12 de agosto de 1809. Percebemos que num espaço de poucos dias Manoel Rangel cuidou de batizar a pequenina exposta, um ato religioso e social de grande relevância conforme consta nas normas das Constituições do Arcebispado da Bahia (1707):



... como seja muito perigoso dilatar o Baptismo das crianças com o qual paixão do estado da culpa ao da graça, e morrendo sem eles perdem a salvação, mandamos conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam baptizadas até os oito dias depois de nascidas; e que seu pai, ou mãe, ou quem dellas tiver cuidado, as façam baptizar nas pias baptismaes das Parochias, d'onde forem freguezes: e não cumprindo assim pagarão dez tostões para a fabrica da nossa Sé, a igreja Parochial. E se em outros oito dias seguintes as não fizerem baptizar, pagarão a mesma pena em dobro... (CONSTITUIÇÕES do Arcebispado da Bahia, 1707, Título XIV, p. 20).

O sacramento do batismo era então, de fundamental importância para aquela sociedade rigorosamente católica, tornava-se indispensável para a criança ser reconhecida por Deus como garantia de acesso ao paraíso, visto o risco desta criança frente aos altos índices de mortalidade infantil deste período: “*Em verdade, em verdade te digo, quem não renascer da água e do Espírito não poderá entrar no reino de Deus*” (Jo 3:5) O batismo tinha esta função de apagar o pecado original do homem, que renascia e ganhava uma nova família espiritual (padrinhos). Desde então, estes padrinhos exerciam funções espirituais, mas também, sociais conforme nos diz o historiador Donald Ramos (2004). Como ele sublinha, era no batismo que a criança era apresentada tanto a Deus quanto a comunidade local, uma sociedade de valores patriarcais e estritamente hierarquizada.

O primeiro nascimento (o biológico) era dominado por mulheres: mães parteiras e santas como Nossa Senhora do Parto ou das Dores ou a Nossa Senhora da Conceição. O renascimento situa a criança na comunidade fora do mundo feminino; o batismo é a entrada na comunidade religiosa e moral, o mundo dominado por homens. E esta transformação acontecia dentro de uma Igreja dominada, nos seus aspectos burocráticos por homens. Era um ato cheio de simbolismo para a comunidade (RAMOS, 2004, p. 50).

Visto que Anna Rangel foi apresentada para aquela sociedade no ato de seu batismo, nos cabe perguntar como esta criança foi acolhida pela sua comunidade. Neste ponto, o fato do termo *exposta* estar presente na documentação, tanto na sua ata de batismo como no seu registro de casamento, e ainda no Auto de Justificativa Matrimonial e neste o fato de *ter sido exposta* estava bem explícito pelo padre que registrou tal documento, pode nos dar algumas pistas. Muitos historiadores que trabalham a temática da infância desvalida nos salientam que a *exposição* lhes impunham um estigma social, o qual teriam que carregar ao longo de sua existência frente a rígida hierarquia da sociedade do Antigo regime. Os trabalhos de Maria Luiza Marcílio (1998) e Renato Pinto Venâncio (1999) apontaram que para aquelas crianças



que foram abandonadas nas *Rodas* o estigma de exposto era um fator determinante fazendo com aquelas crianças ficassem marginalizadas sem muitas chances de uma inserção social.

No caso de Anna Rangel parece que este estigma de *exposta* foi suavizado pelo fato de ter sido criada pela família que a acolheu quando criança. Neste sentido, o fato desta exposta ter carregado o nome da família onde foi abandonada serve de indicativo para pensarmos que além de Anna Rangel ter sido acolhida e criada pela família de Manoel Rangel Moraes de Azevedo, ela passou a reproduzir o *status* social desta família. Em casos como este André Cavazzani alega que uma saída para marginalização e a inserção social destes expostos levarem uma vida comum como se nem tivessem sido abandonadas é contrair o matrimônio legitimamente frente as normas de conduta moral estabelecidos pela Igreja e que permeavam pelo imaginário social da época.

Ao que tudo indica, não apenas as mulheres, mas sobretudo suas famílias fariam esforços para garantir-lhes arranjos matrimoniais da maneira mais adequada possível (...) a questão do comportamento sexual feminino não se restringia apenas à moral individual das mulheres. Num ambiente onde a referência social ao indivíduo estava quase sempre articulada a seu pertencimento a um grupo mais amplo, o problema da conduta feminina afligia a toda a família. Tal aflição se expressava, inclusive, em relação às moças enjeitadas criadas em domicílios de posse (CAVAZZANI, 2010, p.206).

O casamento torna-se então uma possível estratégia para a inclusão do exposto na sociedade concorrendo com os demais indivíduos a ascensão social, pois o estigma desqualificado de *exposto* pode ser referido pela última vez no casamento. Assim Anna Rangel contrai matrimônio, agora cabe esclarecer um pouco mais sobre o os significados deste sacramento para este período.

O que significava no imaginário social da época contrair matrimônio?

Não obstante, questiona-se: Qual a importância social do matrimônio e como se pode analisar a população porto-alegrense durante o período colonial e imperial, através dos assentos de casamento? Essas são algumas perguntas que permitem refletir sobre o sentido e a simbologia que o sacramento do casamento adquire durante o processo de expansão lusitana nas áreas meridionais do Brasil Colonial e início do período Imperial.

O casamento comparado com os demais marcos da vida dos indivíduos pode ser considerado como um dos indicadores sociais mais importantes. Isso porque, nem todas as pessoas que compunham a população daquela localidade contraíam matrimônio. Enquanto a



grande maioria tinha seu registro de batismo após o nascimento e o registro de óbito após a morte, invariavelmente, nem todos possuíam seus registros matrimoniais, seja por omissão, opção e/ou negligência das pessoas.

Além disso, segundo Mirian Moura Lott (2005) o casamento neste período compunha um conjunto de três aspectos, isto é, o religioso enquanto sacramento; o social, sobretudo através do cerimonial; e o jurídico, através dos aspectos patrimoniais envolvendo as famílias. Portanto, pode-se compreender o matrimônio como um dos principais ritos de passagem da vida, pelo qual os indivíduos saem da casa paterna (ou aglutinam-se à mesma) para formarem um novo grupo familiar, isto é, novos elos estão constituindo-se ou reforçando-se através das uniões. Portanto, pode-se percebê-lo como uma prática social repleta de significado, na qual o ato de casar representa um novo ciclo de vida, tanto para o homem quanto para a mulher.

Se, por um lado o cerimonial do casamento tinha uma dimensão de festa privada, em que se comemorava com os parentes e amigos a entrada numa nova fase da vida, por outro também era um acontecimento público que seria participado à sociedade num sentido mais amplo (MUAZE, 2008, p. 55).

Nesse sentido, a cerimônia religiosa, a presença do pároco e das testemunhas expressa o caráter normativo que a união representa, mas, sobretudo, simbolicamente, atuam como um veículo de apresentação da nova família que, a partir do casamento, passa a ser aceita na sociedade. Através dos registros matrimoniais, pode-se visualizar, dentre os diversos arranjos, as distintas e entrelaçadas redes sociais tecidas, via as escolhas matrimoniais pelos sujeitos históricos.

Enquanto fontes, as atas matrimoniais permitem ao pesquisador investigar o caráter das escolhas das pessoas que, em algum momento de suas vidas, optaram pelo sacramento do matrimônio. Esses registros revelam que, por trás de cada aliança, existem motivações, sejam de caráter individual (escolhas por parte dos nubentes) ou coletivo (escolhas a partir de interesses diretamente familiares), que apontam possíveis estratégias de sobrevivência, manutenção ou preservação do patrimônio e ascensão do *status* social. O que viabiliza caracterizar, assim, quais eram os fatores que distinguiam e/ou aproximavam as escolhas e estratégias matrimoniais realizadas por cada grupo social.

Portanto, o casamento passa a ser compreendido como uma espécie de investimento, no qual está em jogo a vida material e sentimental das famílias e dos nubentes envolvidos, a curto e longo prazo. Além disso, é pela via do matrimônio que questões relativas à reprodução



biológica, legitimada aos olhos da Igreja e da sociedade, ganham destaque, bem como, serve como veículo que garante a própria reprodução social do grupo.

Segundo Arlindo Mello Nascimento (2006), a família tem papel fundamental nas escolhas dos noivos, pois:

É na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Na família os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garantem a sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral através de aportes afetivos e, sobretudo, materiais. (NASCIMENTO, 2006, p. 2).

E ainda outro ponto a ser mencionado é que para esta sociedade além de “bem casar”, era preciso também “ser boa esposa”:

Era preciso portar-se como casada. Tais procedimentos refletiam também sentimentos que deviam ser inocultados, e foi assim que, no interior do casamento cristão, o papel que antes era puramente fisiológico e psicológico começava a ser esmerilhado. “Ser mãe” passou a significar “ser casada”, “ser boa esposa”, “humilde, obediente e devota”. A transformação da mulher que vivia em “tratos ilícitos” em “mãe ideal” fazia-se por um eficaz adestramento digerido no cotidiano e consolidado no correr do tempo. Mas além de tentar inocular os comportamentos, os gestos, as aparências externas que ajudavam a fabricar “as santas”, seria necessário interiorizar os afetos correspondentes a tais posturas. Específicos, quase únicos, seriam, portanto, os sentimentos vivenciados por tais “santas” e relação aos seus maridos e por tais “mães” em relação aos seus filhos (DEL PRIORE, 2009, p. 110).

No entanto, para os historiadores, é muito mais difícil de visualizar, através das fontes disponíveis, os sentimentos que movem os sujeitos, em especialmente, o amor. De acordo com Susan Migden Socolow (2005), algumas fontes de cunho eclesiástico – como os próprios registros paroquiais, utilizados em nossa pesquisa – não permitem ao pesquisador dar sustentabilidade a estudos referentes ao amor. Além disso, a autora destaca que os assuntos relacionados à paixão e ao amor eram vistos como sintomas de enfermidades, em que deveriam ser tratados aqueles que sofriam do mal de Eros. No que tange às fontes, a autora fornece indícios dos tipos de documentações e coloca as dificuldades de se encontrar e trabalhar com essas fontes:

Sin embargo, no queda dudas de que el amor romántico y apasionado existía en el mundo colonial. Dos fuentes útiles que revelan la existencia del amor romántico son las oposiciones (luego desenso) y las cartas personales. Hasta 1778 las oposiciones eran juzgadas por jueces eclesiásticos y se las puede encontrar archivadas entre otros documentos pertenientes a las diferentes



diócesis. Después de 1778, los descensos, casos que se originaban cuando una pareja pretendía contraer matrimonio a pesar de la oposición familiar, pasaron a la jurisdicción civil y se encuentran, por lo tanto, en registros judiciales del período colonial son escasas y se pueden encontrar dispersas en expedientes de casos civiles y penales (SOCOLOW, 2005, p. 21).

Na mesma linha, Mary Del Priore (2009) expõe como a Igreja era a principal fornecedora de ensinamentos que desligavam a função do casamento associado à satisfação dos desejos amorosos e dos prazeres carnavais. Obviamente, que a balança do entre a direito e o dever a livre escolha do cônjuge em diferentes esferas sociais e de acordo com as distintas visões culturais devem ter prevalecido sobre os interesses de ordem sócio-econômicas, sobretudo, no que diz respeito as relações fora da esfera matrimonial. Segundo a autora:

Na visão da Igreja, não era por amor que os cônjuges deviam unir-se, mas sim por dever: pagar o débito conjugal, procriar e finalmente lutar contra a tentação do adultério. O sentimento de dever e disciplina reproduzia a perspectiva de um adestramento feminino no que dissesse respeito a práticas de afetos no interior do matrimônio; mas também fora dele. Era a identificação mesma que faziam as mulheres em relação a tais exigências, que as distinguiam como ‘santas’ ou devassas (DEL PRIORE, 2009, p. 113).

No entanto, se as questões envolvendo o amor pudessem florescer com mais liberdade nas relações fora do casamento, as que se estabeleciam sobre os sagrados laços do matrimônio tinham como traço marcante a ação disciplinadora que a Igreja. Esta pretendia tornar as relações conjugais sacramentadas um veículo de organização social, que começava no âmbito privado e estendia-se para a esfera pública. De acordo com a autora:

Afetos desregrados da alma ou do corpo mereciam ser banidos mediante um pedagógico treinamento, tornando o matrimônio inteiramente asséptico. Estas idéias, (...) não eram exclusividade da Igreja, mas circulavam também na literatura, nos manuais de casamento, que, não contentes com projetar modelos ideais para uma vida conjugal, colocavam tais modelos a serviço da Igreja e do Estado, dando assim dimensão moderna à ética do casamento (DEL PRIORE, 1993, p 179).

Desta forma, pretendemos mostrar o quanto deve ter sido significativo esta possibilidade de casar para Anna Rangel. Destarte, sua união torna-se atípica em relação ao perfil de nubentes livres que casam na Freguesia Madre de Deus.⁵ Visto que majoritariamente quem contraía matrimônio eram nubentes solteiros (as) e legítimos (as). Várias hipóteses

⁵ Para mais detalhes sobre o perfil demográfico das relações matrimoniais em Porto Alegre, Ver: FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835.** Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: RS, 2011.



podem sensibilizar o olhar do historiador para explicar o porquê deste arranjo matrimonial entre uma católica e um protestante, entre uma exposta e um legítimo, ou seja, notamos a relação de alteridade entre um sujeito local que nasceu e permaneceu nesta Freguesia com um imigrante dinamarquês que chega a um novo espaço trazendo consigo toda a carga simbólica do estrangeiro. Neste sentido, podemos afirmar que sejam munidos pelas forças do amor ou pelas ardilosas artimanhas da razão, este casamento reflete a importância do casar, enquanto um veículo que possibilitava ao indivíduo arquitetar uma nova vida.

Considerações finais:

Apresentamos, aqui, um caso para tentar clarear a complexidade das relações sociais que envolviam as crianças expostas no passado brasileiro. Para os abandonados que conseguiam sobreviver à infância marginalizada e ao ato do abandono em si, devido ao alto índice de mortalidade infantil, o estigma social de “enjeitado” recaía sobre eles quando adultos, e as estratégias matrimoniais poderiam ser uma maneira de ascensão social. Como podemos perceber os enjeitados que casavam legitimamente e, em alguns casos, levavam consigo o nome da família que os acolhera como no caso da Anna Rangel, dando-nos indícios que, assim, perdiam essa “mácula”.

Fica evidente que nesses casos, o enjeitado não só foi acolhido pela família em que foi abandonado, como nela se inseriu, reproduzindo o *status* social da mesma perante a sociedade porto-alegrense, cenário de nossa pesquisa. Ficou constatado que, pela baixa mobilidade feminina e uma forte pressão social em constituir família, as mulheres enjeitadas levavam vantagens sobre o mercado matrimonial, dentro da esfera dos nubentes ilegítimos expostos que corresponderam a 43 casos (84% de noivas expostas e 16% de noivos expostos) podendo contrair matrimônio com os mais variados segmentos sociais, até mesmo com estrangeiros protestantes que tinham no matrimônio um recurso para uma posição, e, quem sabe, até ascensão social.

De acordo com Del Priore (2009), o casamento “seria, portanto, o remédio que Deus dera aos homens para que estes se preservassem da impudícia” (p. 124), mas para além das questões da alma, o matrimônio significava uma oportunidade de uma nova vida, seja do ponto de vista material, quanto do imaterial. Seja pelas escolhas dos cônjuges, de suas famílias e/ou movidos pelos sentimentos. Assim cada escolha matrimonial esconde nas



entrelinhas de seus registros, trajetórias que trazem implícitos duelos entre os modos de pensar e agir dos sujeitos históricos envolvidos, que ficam ainda mais instigantes se pensarmos numa sociedade alicerçada nos moldes do Antigo Regime.

No caso de Anna Rangel podemos apontar um duplo interesse no matrimônio, de um lado uma exposta que tinha no casamento um veículo de acesso a sociedade e a oportunidade de prestígio moral deixando de lado o estigma de exposta, de outro um estrangeiro que através do casamento com uma católica tinha o ingresso na sociedade da Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre e, quem sabe, uma possível ascensão social.

Como procuramos exemplificar aqui, as fontes eclesásticas possuem uma limitação, mas são suficientes para trazer indagações pertinentes aquela sociedade e seus modos de pensar e agir. Neste sentido que os registros paróquias tratados sistematicamente com os métodos da Demografia Histórica podem ser um suporte para o historiador tratar temas da História Cultural, a partir de um cruzamento de fontes, para assim nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento:

...resgatar no tempo as sensibilidades, as razões e as sociabilidades que pautaram a conduta e a percepção dos homens do passado; em entender como são produzidas estas comunidades imaginárias de sentido que constroem pertencimentos, delimitando o *in* e o *out*, a identidade e alteridade, a inclusão e a exclusão (PESAVENTO, 2003, p.8).

Referências Bibliográficas:

CAVAZZANI, André Luiz M. Expostos, enjeitados e estratégias matrimoniais na Vila de Curitiba colonial. In: VENÂNCIO, R. P. (Org.). **De Portugal ao Brasil: uma história do abandono de crianças, séculos XVIII-XX**. Belo Horizonte: PUC/MG; São Paulo: Alameda, 2010.

COMISSOLI, Adriano. Certezas baseadas em rumores: o desafio metodológico da reconstrução de redes sociais por meio de processos de habilitação matrimonial (Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: VESTÍGIOS DO PASSADO A HISTÓRIA E SUAS FONTES, 9., 2008, Porto Alegre, PA. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: ANPUH, 2008b. p. 1-13. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/.../1212327294_ARQUIVO_ComissoliComunicaçãoANPUH2008.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

DEL PRIORE, Mary. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1995.
_____. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades, e mentalidades no Brasil Colônia**. 2º ed. São Paulo: UNESP, 2009.



_____. As atitudes da Igreja em face da mulher no Brasil colônia. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) **Família Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835**. Dissertação (Mestrado em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo: RS, 2011.

LOTT, Mirian Moura. **Constituições Primeiras do Arcebispado Da Bahia**. In: VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **As memórias de Viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. População e família brasileira: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos...** Campinas: ABEP, 2006. p.1-24. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/%20encontro2006/docspdf/ABEP2006_476%20Pdf>. Acesso em: 3 dez. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org) et al. **História Cultural: Experiências de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOCOLOW, Susan Migden. Amor y matrimonio em la América Latina. In: GHIRARDI, M. Mónica (Comp.). **Cuestiones de familia a través de las fuentes**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2005. p. 19-57.

SOUZA, Rafael Pereira de. Direitos Civis de Estrangeiros no Brasil do Segundo Reinado. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12., 2006. Rio de Janeiro, RJ. **Usos do Passado**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2006. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/ic/Rafael%20Pereira%20de%20Souza.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, Séc. XVIII e XIX**. Campinas: Papyrus, 1999.

Fontes



CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide em 12 de junho de 1707. São Paulo, 1853.

PARÓQUIA NOSSA SENHORA MADRE DE DEUS (PORTO ALEGRE). **Autos de justificacao de solcitacao do anno 1827 Guilherme Shröder e Anna Rangel Moraes de Azevedo.** [manuscrito]. Porto Alegre, 31 de maio de 1827. 22 f. [manuscrito] Localização: AHCMPOA, Autos de Justificações Matrimoniais, 1827, nº 28, Cx. 181. Pasta Guilherme Shröder e Anna Rangel Moraes de Azevedo.

_____. **Livros de registro de batismos (1772-1810).** [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1810. 2 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

_____. **Livros de registros de casamentos (1772-1835).** [manuscrito]. Porto Alegre, 1772-1835. 4 v. Localização: Arquivo Histórico Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

Recebido em Julho de 2011
Aprovado em Julho de 2011